

Integração para que? em busca de uma ética para a integração Latino-Americana

*Integration for what?
in seek for an ethic for the Latin American integration*

Jeronimo Moscardo*

“Na América Latina acabaremos por inventar as fórmulas que a auto-suficiência e o narcisismo europeu não conseguiram em dois mil anos.” Gabriel García Márquez.

“A civilização é, antes de tudo, vontade de convivência. É-se inútil e bárbaro na medida em que não se conta com os demais. A barbárie é tendência à dissociação. E assim todas as épocas bárbaras têm sido tempos de desperdício humano, pululação de mínimos grupos separados e hostis.” Ortega y Gasset

“Culturas que devemos ensinar a respeitar e a fomentar, já que a barbárie dos tempos modernos tendeu a aniquilá-las, em benefício da identidade matemática e do racionalismo radical que são suas características. Assim poderemos resgatar o homem concreto de cada povo, a cada povo concreto, os únicos que verdadeiramente existem. Não homens robotizados que marcham como engrenagens numa sociedade mecanizada, mas sim homens de carne e osso, com seus céus, suas canções e esperanças e tradições.” Ernesto Sábató

“Por que vivemos juntos? Há alguma razão para viver junto a outro ser humano? Se há, tem que ser algo que é compartilhado. Esse algo é a CULTURA.” Peter Sellars

* Embaixador-Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG. Ex-ministro da Cultura. Mestre em Ciências Políticas pela Columbia University. Membro do Conselho Executivo da UNESCO.

“O sonho de Bolívar, a América unificada, não é utopia: experimentalmente, é o único caminho a seguir... O discípulo do grande humanista Andrés Bello não ‘arou os mares’, como teria dito pouco antes de morrer, desiludido com a obra de toda a sua vida. Ele arou o futuro.” **Gilberto de Mello Kujawsky**

Resumo

Cuida o presente artigo na descrição sobre o processo de integração sob a perspectiva da construção de uma ética para integração sul-americana evidenciando a efetiva participação do cidadão comum, sujeito de maior relevância em qualquer processo integrativo, e elemento vital na composição de uma futura e necessária comunidade educacional na América Latina.

Palavras-chave: Desintegração. Integração na América Latina. Integração da Cidadania

Abstract

This essay cares about the description of the integration process in a perspective of building an ethic for the integration of South America showing the effective participation of ordinary citizens, the major relevant subject in any integration process, and a vital element in the composition of a future and necessary educational community in Latin America.

Keywords: *Desintegration. Integration in Latin American. Integration of Citizenship.*

1 Uma dimensão esquecida do processo de integração

Há 40 anos, quando iniciei minha participação nos trabalhos da então ALALC como Secretário da Delegação do Brasil, pude observar um entusiasmo integracionista somente entre os técnicos internacionais e, quiçá, entre os membros de alguma Delegação.

Entretanto, a maioria dos Estados permaneciam céticos, distantes e até em um pouco dissimulada oposição ao processo integracionista, ainda que a retórica empregada pelos Governos indicasse o contrário à opinião pública.

O panorama hoje é muito distinto. Os Governos parecem empenhados e profundamente comprometidos no trabalho integracionista, dispondo de calendário e data para a culminação do processo. Não obstante, não vislumbro, não vejo, nem percebo entusiasmo pela integração por parte de nossos povos, de nossa cidadania, de homens e mulheres, em Montevideu, em Brasília ou São Paulo ou Rio de Janeiro, em Buenos Aires ou em Assunção. A que atribuir essa falta de entusiasmo de nossos povos? Mais que falta de entusiasmo, vejo em certos países ou regiões fundado temor, ou até pânico, em relação aos compromissos integracionistas.

A que atribuir essa atitude de nossos povos? Será falta de propaganda, ou em realidade a cidadania, em sua histórica sabedoria, percebe ou intui que os Governos estão enroscados em um modelo de aproximação por compulsão, e não por devoção? Com efeito, propõe-se a necessidade de que todos participem na formação de um megamercado, sem o qual estaríamos desistindo de fazer história.

Fala-se da necessidade de mercados e não de nações, de consumidores e não de cidadãos. Não nos estaremos dedicando excessivamente à construção material e esquecendo a dimensão cultura-ético-institucional na arquitetura da integração?

Com efeito, até o presente a agenda internacional vinha sendo dominada basicamente pelas preocupações estratégico-militares e econômicas. O homem tem sido visto somente como soldado ou como diplomata na área clássica da guerra e da paz, ou como consumidor de produtos e serviços na esfera da economia.

O grande ausente tem sido sempre o cidadão comum, os problemas criados no contexto dos seus valores, dos seus problemas éticos. Assim é que, ainda que não haja resolvido de maneira global suas carências de sobrevivência material, a humanidade enfrenta desafios éticos cada vez mais sérios e profundos, que resultam quase na impossibilidade da plena realização da pessoa humana. Daí a importância das construções institucionais e éticas.

Ao contrário da construção material de um país, algo relativamente fácil de ver e de fazer, a construção institucional e moral de uma nação é obra custosa, demorada, de baixíssima visibilidade, mas com resultados permanentes no plano profundo da cultura e da história.

Realmente todos nós temos olhos para as estradas, as represas, as estradas de ferro e os parques industriais; mas, quanta sensibilidade e critério são necessários para adivinhar o esforço secular, a coragem, a audácia, o sacrifício pessoal que estão por detrás do conceito de cidadania.

Se isto é assim a nível de cada nação, com muito mais razão o verificamos no terreno da integração das nações. O exemplo mais acabado de integração é em geral apresentado como sendo a União Europeia.

2 O anti-paradigma da UE: A UE especialista em desintegração

Aparentemente é assim. Estreitamente é assim. Porque o êxito da integração na Europa Ocidental não é mais que aparência. Senão, vejamos.

Não podemos deixar de reconhecer, desde a perspectiva privilegiada que hoje nos oferece a História, que as motivações políticas mais profundas da Comunidade do Carvão e do Aço, no princípio da segunda metade deste século e ao finalizar a II Guerra Mundial, foi conter a possibilidade de, uma vez mais, afirmar-se uma Alemanha solitária.

E que temos como realidade hoje em dia, mais de cinquenta anos depois? Pois uma Alemanha reunificada, e que constitui o centro mais vital e influente do organismo integrado europeu.

Não podemos deixar de reconhecer tampouco que as motivações econômicas da origem da Comunidade Europeia não foram atendidas nesses sessenta anos; ainda que relevante no plano comercial, a economia europeia não é a mais competitiva no mundo, senão em muito poucos setores onde ainda sustenta a luta pelo mercado contra norteamericanos e japoneses, como podem ser a indústria aeroespacial, a química-farmacêutica e a eletroeletrônica. Essa lista se reduziria ainda mais se os Governos ou a Comissão Europeia retirassem os vantajosos subsídios, ou outros benefícios indiretos, que concedem à atividade produtiva e de pesquisa nesses campos. Não necessitamos recordar, pela ociosidade do exercício, o rotundo fracasso em termos

capitalistas (mas talvez não socialistas) que é a política agrícola comum da Comunidade.

O fracasso da integração europeia – ou, em outras palavras, a falácia do seu propagado êxito – foi reconhecido por um dos pais fundadores da Europa que hoje conhecemos: Jean Monet, quase ao final de seus dias, lamentava o fato de haver começado a UE pela Comunidade do Carvão e do Aço, afirmando que, “se tivesse que começar de novo a construção da Europa Comunitária, o ponto de partida seria a cultura”.

A UE, portanto, ao contrário do que se diz, deve ser para nós o antiparadigma da integração, mesmo tendo em mente os grandes passos agora feitos para aumentar a integração cultural e social. Devemos os latino-americanos, isso sim, procurar evitar repetir nessas terras da América os erros e as miopias que empurraram Monet àquele mea culpa” final.

3 A teoria do espaço moral ou em busca de uma nova cidadania

Em terras da América não temos o direito de conduzir nossos povos tão castigados – mas tão perenemente esperançosos – a construir aquele mesmo arquétipo de integração fenícia, produto da ação dos Estados, vontade política dos Governos, das decisões executivas das burocracias.

Na América Latina, se nos oferece o destino, a privilegiada oportunidade de fundar a verdadeira integração.

Uma integração na qual o fulcro se translade dos Estados aos indivíduos, às pessoas.

Uma integração nova, em que superaremos o falso dilema entre Estados e supranacionalidade ao afirmar, promover, afiançar o que denomino de “superindividualidade”.

O promover-se o indivíduo, a pessoa, o cidadão, o vizinho significa promover uma verdadeira revolução de mentalidades, de perspectivas. Significa ir além da simples mudança de rumo, de sentido no processo de integração.

Ernesto Sábato (1991) me emprestará suas palavras. as quais aclaram com luz mediterrânea essa ideia, ao dizer: **“Indivíduo - Pessoa”**

Um individuo se move impulsionado por instintos ou desejos egoístas: uma pessoa o faz tendo em conta grandes princípios, que podem ser éticos ou religiosos. O indivíduo tende a seu eu, é geralmente egoísta. A pessoa tem em conta ao tu, ao outro, a nós (isto é, a comunidade, e é, portanto altruísta, comunitário). (SÁBATO, 1991, p. 103)

Por isso uma sociedade ideal pode realizar-se com pessoas, não com indivíduos. Quando Cícero usou pela primeira vez a palavra “individuus” como tradução do grego átomo, lançou as bases de uma ideia perniciosa, pois o atomismo, válido para o universo natural, é falso e finalmente perverso para a ordem humana. Um átomo não tem porque ser solidário, não abriga princípios nem propósitos; uma pessoa, sim.

Claro que não somos pessoas de modo espontâneo: chegamos a sê-lo lutando contra as potências malignas que vicejam em nossa inconsciência. Luta que não é irreal nem utópica, porque frequentemente o homem tem alcançado as cimas do altruísmo e tem sacrificado seus próprios instintos egoístas em benefício da comunidade. (SÁBATO, 1991, p. 103)

Mas assim como o indivíduo pode superar seus apetites individuais até alcançar a hierarquia de pessoa, os países podem alcançar a hierarquia de nação, respeitando a categoria de humanidade. Certamente, não de uma humanidade em abstrato, como imaginavam os humanistas do século passado, mas uma constituída por homens e nações diferentes, de cor de pele, de cultura, de credos e condições diversas. Não uma abstrata identidade de povos, senão uma concreta e dialética unidade de diversidades, do mesmo modo que uma orquestra não se cria com idênticos instrumentos, e sim com instrumentos de timbre diferente, para assim tocar uma belíssima partitura. (SÁBATO, 1991, p. 104)

Queremos e devemos os brasileiros impulsar uma só integração: precisamente essa, a verdadeira, onde instrumentos de timbres diferentes se juntam para criar uma orquestra e para tocar uma formosa partitura. Não queremos nem podemos os brasileiros impulsar outra

integração, a falsa, na qual todos buscam transformar-se em idênticos instrumentos. Nessa não haverá música. Somente ruído.

E é assim porque nós, os brasileiros, estamos há quase cinco séculos dedicando-nos, a cada dia, a juntar em uma só orquestra instrumentos tão distintos como podem ser o grande empresário de São Paulo; o agricultor tecnificado de origem polonesa ou teutônica do Paraná; o índio amazônico; o gaúcho do Sul; o pescador mestiço do litoral; o empregado negro do latifúndio açucareiro do Nordeste; o homem multicolor que vive, produz, diverte-se, sofre e morre em nossas metrópoles.

Nessa nova integração, a verdadeira, o eixo da factibilidade passa por uma nova equação de cidadania, pela vantagem comparativa de ser pequena.

Explico-me.

Um dos problemas cruciais do processo da integração do MERCOSUL são as diferenças de dimensões entre os países continentais como Brasil e Argentina e as verdadeiras cidades-estado como Uruguai e Paraguai. Não obstante, creio que estas discrepâncias têm sido exageradas, pois não se tem levado em conta que, se o fim último do desenvolvimento é a pessoa, há um processo compensatório entre espaço físico e espaço institucional. Com efeito, o espaço pessoal tende a ser pequeno em um país grande, e grande em um país fisicamente pequeno, quando haja oxigênio para manifestação dos projetos individuais, ou seja, quando impere a democracia. O Paraguai tem agora, pela primeira vez em sua vida independente, a imperdível oportunidade de, em consolidando a democracia, recuperar para seu povo as décadas perdidas em Esparta e lançar-se, ao lado do Uruguai, na urgente, nobre e imprescindível tarefa de oferecer ao MERCOSUL e à integração a dimensão ateniense. Nem Esparta, nem Fenícia, e sim Atenas. Este deve ser o objetivo. Objetivo que já é perseguido pelo Uruguai.

Em um país de dimensões continentais costuma produzir-se um impacto mutilatório da quantidade sobre a qualidade – do excesso de poder sobre os projetos pessoais e existenciais.

Mas todos sabemos, defendemos e propugnamos hoje que poder não é sinônimo de legitimidade, nem que patrimônio ou riqueza autorize domínio ou governo.

Brasil e Argentina representam grandes espaços físicos, mas os países pequenos da Região, como o Uruguai, podem constituir-se num grande espaço moral. As mudanças na URSS, que implicaram o desmoronamento do Império soviético, a maior concentração de poder militar na história mundial, nos convidam a pensar na possibilidade de um novo modelo anti-imperial de comportamento, que seria concentrado por nações como Uruguai na Bacia do Prata e Costa Rica na América Central, na qualidade de potências morais.

Assim é que o Grupo dos Sete países mais ricos pode dispor de poder militar ou de recursos materiais para comprar todo o planeta, mas não tem legitimidade alguma para pretender governá-lo.

Assim é que, e a História o demonstra, o excesso de poder, o excesso de Estado não legitima o Governo, mas antes mutila, aborta, inviabiliza os milhões de projetos pessoais, existenciais que cada um de nós, como indivíduos, como pessoas, estamos desenvolvendo enquanto existimos.

Aquela nova integração, a verdadeira, coloca a necessidade essencial de criar um homem novo na América Latina.

Um novo homem, o qual deve ser capaz de aportar a mais cara contribuição nossa à modernidade, ou à pós-modernidade, que importamos todos os dias das sociedades altamente industrializadas: nossa “alta sensibilidade” (High Touch), para humanizar de novo a “alta tecnologia” (High Tech) do Norte.

O processo de integração nosso não pode repetir o erro magistral de somente administrar mais e mais coisas. Temos que abrir espaço para que todos os latino-americanos possamos realizar nosso imaginário, nossos projetos individuais de felicidade, de plenitude espiritual, de humanidade completa.

Enfim, é preciso promover uma integração que, además de lograr níveis razoáveis de eficiência econômica, concilie o material com dimensões superiores do espírito.

A verdadeira prova a que pode ser submetida uma economia, sua pedra de toque, é a razão existente entre a produção e a criação, ou seja, a relação entre as funções que mantêm a vida e as funções pelos quais a vida se realiza e se completa. A economia equilibrada que nos devemos esforçar por instituir colocará todo seu empenho em realizar não a força do cavalo-vapor que ela consome, mas sim a força do homem que ela libera: traduzir-se-ia a energia em ócio e o ócio na vida digna de ser vivida. (MUMFORD, 1952, p. 465).

4 América Latina e o Mundo

Na atualidade, chega a ser pungente a consciência da fragilidade em que se apóia materialmente o novo panorama político latino-americano. Na verdade, há uma aceitação consensual de que o grande perigo (o fracasso das elites e o simultâneo desencadeamento das massas) está sendo alimentado pelo descalabro econômico latino-americano. Esta paisagem desoladora decorre da crise da dívida, do estancamento interno e da destruição de boa parte do desenho institucional e das lideranças democráticas (anteriores ao ciclo autoritário).

Este quadro repleto de dilemas e enigmas é compartilhado por toda a América Latina e reforça, em cada uma das sociedades latino-americanas, o debate sobre a necessidade de urgentes e profundas reformas, tanto mais que, em nível tecnológico, se criaram as condições para a conformação de verdadeira economia internacionalizada. Economia organicamente internacionalizada, formação de megablocos, dificuldades crescentes na Rodada Uruguai, reciclagens dos projetos econômicos e modelos de crescimento no sul, reformas econômicas e novos rumos para as políticas públicas, crise da dívida, estagnação interna, crescimento das expectativas populares, suprimidos os freios repressivos do autoritarismo, tantos fatores na constelação que leva os países latino-americanos a buscar inspirações diversas para o lançamento de outro processo de desenvolvimento, que hoje se denomina busca da modernidade pelo sul.

É diante da Nova Ordem Mundial – a englobar a conformação de grandes esforços econômicos integrados, experimentos centrados

na redução do papel do Estado produtor e na expansão da faixa de liberdade do mercado; diretrizes sistematicamente articuladas pelas principais instituições econômico-financeiras internacionais; e estratégias coordenadas pelos países hegemônicos – que países como o Brasil devem atuar, em busca da maximização das oportunidades e da redução ao mínimo dos efeitos negativos que toda ordem, embora busque legitimar-se como universo que abre possibilidades positivas para todos, trata a alguns de maneira mais igual que a outros e, por essa via, gera dissenso e frustração.

É diante deste sistema, em que o poder militar politicamente utilizável concentra-se numa superpotência, em que a multipolaridade econômica reflete-se nos megablocos e nas dificuldades que toldam o futuro da Rodada Uruguai, em que $\frac{3}{4}$ da humanidade estão ameaçados de viver em condições de crise endêmica, e que o Brasil joga seu destino em vários tabuleiros, entre eles a ALADI e o MERCOSUL.

Para o Brasil, a importância de todos esses fios, que tecidos formam a tapeçaria da conjuntura atual, não pode ser sobredimensionada, pois o Brasil não é um país como os outros. Nossa singularidade decorre de pertencermos ao reduzidíssimo número de Estados-Nação dotados de base continental, homogeneidade linguística e significativa população. Estas características criam, sempre, a despeito das crises conjunturais e até mesmo diante dos perigos de involução estrutural, o horizonte de oportunidades que nos distingue e que nos fez, em termos de dinâmica comparada, o país que mais cresceu ao longo dos dois últimos séculos.

Não se pode jamais perder de vista que o PIB brasileiro corresponde, a grosso modo, a 60% do produto sul-americano, e que o território nacional equivale a mais da metade da América do Sul. Estes dados, em sua abstração, devem somar-se à saga da elite imperial, que soube evitar a fragmentação nacional, o que permite partirmos sempre de um patamar distinto, quando conjurados com a imensa maioria dos países que se fazem representar na ONU.

Evidentemente que todo esse acervo poderá gerar frutos ridículos, se o povo brasileiro – o eterno esquecido em nossa história – não chegar aceleradamente à verdadeira modernidade – ou seja, não for integrado em termos educacionais, culturais, tecnológicos e de real exercício da cidadania.

Na verdade, há um processo de integração interno brasileiro – o mais importante dos projetos de integração – que enfeixa todos esses elementos dispares da verdadeira modernidade. Sem esta integração – fundadora de tudo o mais – continuaremos a ser esse híbrido de civilização de ponta e barbárie galopante.

É, portanto, saudável relembrar que a construção de um mercado não deverá suscitar maiores entusiasmos do cidadão latino-americano. Na verdade, a grande fidelidade continua sendo aquela dirigida ao Estado Nação, ao indivíduo e à humanidade. Ao Estado-Nação, enquanto corporificação da vontade geral democrática e do respeito às minorias. E, para a parcela da população que ainda não conheceu a dialética do iluminismo, as fidelidades continuam sendo de base étnica, religiosa, tribal ou clânica.

Para o Brasil, onde a democracia racial, tolerância religiosa e proteção das minorias existem e devem afirmar-se ainda mais, estamos, para lembrar Rousseau, condenados a ser livres na moldura do Estado democrático, ou estamos condenados a não ser, vítimas, todos, da potencial inépcia de uma elite dirigente que não está à altura das gerações que, ao longo do século XIX, fizeram de um somatório de fazendas uma nação.

Por que relembrar? Porque vivemos sob a tentação tecnocrática e economicista dos que se ergueram arautos do moderno e confundem moderno com pasteurizado. Para estes, a modernidade consiste, pobremente, no privilegiamento das dinâmicas econômicas puras e na defesa fácil das receitas de eficácia duvidosa, camisas de força vendidas como panacéias universais.

Essencial, portanto, relembrar. Relembrar para proteger e preservar cuidadosamente o que nos singulariza, como brasileiros e como latino-americanos, sem que nos recusemos ao futuro. E relembrar traduz-se por resgatar o Político, particularmente no que diz respeito à integração, à ALADI e ao MERCOSUL.

Desconhecer a preponderância do político sobre o desvio economicista imperante equivale a tomar uma vacina que nos permite melhor defesa contra o vírus do particularismo de certos grupos. É criar a necessária consciência crítica, aquela que se traduz na vontade democrática respeitosa da dissidência, aquela que se distingue do

interesse particular segmentado, às vezes instrumental, às vezes representativo de importantes atores da sociedade civil.

É também reconhecer o desproporcional poder que permite a alguns o passe de mágica insuperável: convencer a opinião pública (um produto como outro qualquer na sociedade tecnológica, e não a garantia de um espaço neutro de debate, como queriam os ilusionistas) de que o interesse de alguns particulares é, efetivamente, o interesse de todos.

Conclusão

- (1) A integração deve ser por devoção, e não por compulsão. Trata-se de um caso de convergência, e não de um casamento na pólvora.
- (2) É necessário ampliar o espaço moral do Brasil. O Brasil é, sem dúvida, um país grande. É essencial transformá-lo num grande país. Trata-se de ampliar o espaço de nossa cidadania, que ainda é raquítica e tênue. É imperativo harmonizar a continentalidade do nosso território com uma ampliação da dimensão existencial e ética do nosso cidadão, que hoje é muito reduzida.
- (3) O espaço pessoal tende a ser pequeno num país grande, e grande num país fisicamente pequeno, quando haja oxigênio para manifestação dos projetos individuais, ou seja, quando impere a democracia. Em um país de dimensões continentais costuma produzir-se um impacto mutilatório da quantidade sobre a qualidade, do excesso de poder sobre os projetos pessoais e existenciais.
- (4) A integração tem defendido o supranacional em prejuízo do nacional. Trata-se agora de deslocar o fulcro de atenção para a pessoa humana, para o cidadão – e não só para o consumidor – como o protagonista central do processo integracionista. Ademais, é necessário deslocar a atenção prioritária dos cenários em que se processa a integração – deslocando-a do país, do Estado mais para a cidade – e fazendo da cidade o palco principal do drama integracionista. Na verdade, o Estado é, em certo sentido, uma abstração – ninguém vive no Estado,

a pessoa vive e convive na cidade, na rua, na vizinhança. É essencial fazer a integração relevante para o habitante de São Paulo, de Porto Alegre, de Montevidéu, de Buenos Aires, de Caracas, de Lima.

- (5) A integração tem-se concentrado excessivamente na administração das coisas. É preciso emprestar-lhe uma dimensão ético-institucional, fazendo-a tratar precipuamente da aproximação das ideias e das pessoas; daí a necessidade de uma Política Cultural.
- (6) Ninguém **se** apaixona pelas tarifas aduaneiras nem pelos “shopping centers”. Na verdade, num certo sentido, progredir materialmente hoje, ou seja, tornar-se consumidor, é quase uma fatalidade.
- (7) Dados para a integração cultural na América Latina – herança cultural, língua, patrimônio do imaginário.
- Vantagem comparativa em relação à Europa.
- (8) O Vetor Cultural: A Importância da Indústria Cultural. (ver Otávio Paz e revista Conexão)²
 - Mercado Comum do Livro
 - Mercado Comum do Disco
 - Mercado Comum da TV
- (9) O NOVO caminho para a integração:

O papel reservado não só aos órgãos do Executivo nem ao Parlamento, mas à universidade e demais instituições de pesquisa e ensino. A criação da Comunidade Educacional Latino-Americana.

² Octavio Paz. (é uma referencia genérica, inspirada em seu trabalho, mas não provinda de uma fonte específica).

Referências

MUNFORD, Lewis. **A condição do homem**. Rio de Janeiro: Globo, 1952.

SÁBATO, Ernesto. **Entre la letra y lo sangre**. Conversaciones com Carlos Catania. Edición comemorativa del 80º aniversario de Ernesto Sábato. Argentina: Seix Barral, Biblioteca Breve, 1991.

Recebido em: 29/09/10

Avaliado em: 03/11/10

Aprovado para publicação em: 09/11/10